

Regulamentação (Fiscal & Financeira) da Economia dos Gases Renováveis

Filipe de Vasconcelos Fernandes

(FDUL/VdA)

02.06.2023

Sumário

- I) O papel da política fiscal na Economia dos Gases Renováveis
- II) A política fiscal na EN-H2 e avaliação da respetiva implementação
- III) Outros desenvolvimentos e perspectivas de curto/médio-prazo

I) O papel da política fiscal na Economia dos Gases Renováveis

- Ao longo dos últimos dois séculos, a política fiscal (conjunto dos tributos e somatórios de respetivos efeitos) tem acompanhado os desenvolvimentos de cada vetor energético
- Em termos modelares, a política fiscal tem sido perspectivada à luz de três movimentos consecutivos:
 - ✓ **Fase I:** Implementação e estabilização de estruturas fiscais (taxas, deduções, etc.)
 - ✓ **Fase II:** Prossecução de metas de receita e respetiva reciclagem
 - ✓ **Fase III:** *Phase-out* de determinado vetor energético, com eventual reforço de tributação e criação de benefícios indutores a vetor energético de substituição (aceleração de Taxas Marginais de Substituição)

I) O papel da política fiscal na Economia dos Gases Renováveis

- O momento atual está sobretudo associado à **Fase III**, com a necessidade de adaptar as principais estruturas fiscais a um modelo de Economia Circular (oposto ao modelo de Economia Linear, via Economia dos Hidrocarbonetos)
- Parte significativa dos sistemas fiscais (ainda) tem estruturas que são a consequência direta de um modelo de Economia Linear (v. exemplos)
- Como parte integrante de um modelo de Economia Circular (ou Quase-Circular), a Economia dos Gases Renováveis pressupõe uma alteração das estruturas de tributação-base – em especial, ao nível da tributação especial do consumo (**Fase II**), sem esquecer o papel dos incentivos/benefícios fiscais para a **Fase I**

II) A política fiscal na EN-H2 e avaliação da respetiva implementação

- A EN-H2 tem como objetivo principal introduzir um elemento de incentivo e estabilidade para o setor energético, promovendo a introdução gradual do Hidrogénio enquanto pilar sustentável e integrado numa estratégia mais abrangente de transição para uma economia descarbonizada, enquanto oportunidade estratégica para o país
- Todavia, é reconhecida a extrema dificuldade dos “*stand-alone business cases*”, em vetores energéticos com estádios de maturidade mais prolongados:
 - ✓ CAPEX/OPEX
 - ✓ Parametrização de regimes regulatórios
 - ✓ Identificação de “*pontos-chave*” ao nível da segurança e estabilidade do sistema

II) A política fiscal na EN-H2 e avaliação da respetiva implementação

- A EN-H2 tem como objetivo principal introduzir um elemento de incentivo e estabilidade para o setor energético, promovendo a introdução gradual do Hidrogénio enquanto pilar sustentável e integrado numa estratégia mais abrangente de transição para uma economia descarbonizada, enquanto oportunidade estratégica para o país
- Ainda assim, é reconhecida a extrema dificuldade dos “*stand-alone business cases*”, em vetores energéticos com estádios de maturidade mais prolongados
- **Que tipo de perspetivas para a política fiscal do H2 (?)**

II) A política fiscal na EN-H2 e avaliação da respetiva implementação – Avaliação Crítica

Adoção de Benefícios Fiscais	Discriminações Positivas e Discriminação de Receitas	Fiscalidade Verde
Adoção de benefícios fiscais no horizonte temporal 2020-2030	Deverão ser implementados mecanismos fiscais que incentivem uma maior substituição de gás natural por hidrogénio verde, alterando os preços relativos entre as duas alternativas, penalizando relativamente o gás natural e desagravando o hidrogénio	Enfoque na tributação na utilização dos recursos

II) A política fiscal na EN-H2 e avaliação da respetiva implementação – Exemplos

Isenção de Tarifas de Acesso às Redes	Paridade face ao tratamento tarifário de centrais hidroelétricas reversíveis	Substituição de Feed-In
<p>A injeção de Hidrogénio nas redes de gás natural (transporte e distribuição) poderá beneficiar de uma isenção, parcial ou total, do pagamento das Tarifas de Acesso às Redes (TAR) durante um período inicial</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Ainda não implementado	<p>O Hidrogénio possibilita o armazenamento de energia a preços mais baixos por via da absorção de excedentes de energia da rede em períodos de menor procura e elevada produção, e posteriormente colocar essa energia no mercado em horas de maior procura</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Ainda não implementado	<p>- Possibilidade de conversão para a produção de Hidrogénio Verde, adicionando tecnologia de produção de hidrogénio (eletrolizador) no local onde está instalado e licenciado o centro electroprodutor</p> <p>- O proprietário do ativo recebe um pagamento equivalente ao Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa esperados equivalentes à duração da tarifa feed-in em vigor para parte ou a totalidade desse ativo</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Ainda não implementado

III) Outros desenvolvimentos e perspectivas de custo/médio-prazo

- Até ao momento, a implementação de qualquer uma destas componentes, sobretudo a relativa a benefícios fiscais, não tem contado com particulares desenvolvimentos por parte do decisor público português
- No caso europeu, o cenário não é muito distinto, inclusive tendo por base a ausência de poderes da UE no domínio da fiscalidade direta (com relevo para a aprovação de créditos fiscais, suscetíveis de dedução à base dos *Corporate Income Taxes*)
- Comparação com EUA e Canadá
- MRR/PRR e compatibilidade com Leilão Nacional
- MRR/PRR e compatibilidade com Leilão Europeu
- O critério-chave está na natureza afim ou complementar do mecanismo de remuneração (em especial, dupla subsidiação de CAPEX, OPEX, REPEX)

Muito Obrigado

- filipefernandes@fd.ulisboa.pt (académico)
- fvf@vda.pt (profissional)